

**MULHERES, TRABALHO DOMÉSTICO E SOCIEDADE: CONCEPÇÕES
TEÓRICAS ACERCA DA OBRA “O PATRIARCADO DO SALÁRIO: NOTAS SOBRE
MARX, GÊNERO E FEMINISMO”, DE SILVIA FEDERICI (2021)**

**RESENHA: FEDERICI, SILVIA. O PATRIARCADO DO SALÁRIO: NOTAS SOBRE
MARX, GÊNERO E FEMINISMO. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2021.**

FRANCISCA CIBELE DA SILVA GOMES¹¹⁹

A autora Silvia Federici, filósofa, escritora e ativista feminista nasceu na Itália, em 1942. Embora na década de 1960, tenha migrado para os Estados Unidos, onde ajudou a fundar a *International Feminist Collective* (Coletivo Internacional Feminista), e lançou uma campanha por salários regulares destinados ao trabalho doméstico. Também escreveu os livros: “Mulheres e caça às bruxas” (2019), “Calibã e a bruxa” (2017), “O ponto zero da revolução” (2019) e o “Patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo” (2021). Ainda publicou diversos artigos e manifestos favoráveis ao feminismo e a sua relação com o trabalho domesticado.

O livro “O Patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo”, foi publicado no Brasil pela editora Boitempo, com tradução de Henci Regina Candini. É o resultado de um compilado de textos escritos e publicados pela autora Silvia Federici nos anos de 1970 e alguns mais recentes. A produção crítica problematizou a relação entre trabalho feminino e o mundo doméstico à luz do pensamento marxista, discorrido em sete capítulos. Nessa conjuntura, tratou da desvalorização do trabalho doméstico como não sendo uma produção digna de comparação ao trabalho fabril, não somente por ser exercido dentro das casas, mas também por ser realizado majoritariamente pelo público feminino. Como “não possui” valor comparativo, foi tratado com menosprezo pelos movimentos trabalhistas, inclusive distante de suas preocupações por “não agregarem valores suficientes”, sendo assim, apenas considerados passatempos femininos advindos dos cuidados com os filhos, com o lar e o marido.

¹¹⁹ Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí. E-mail: cs6445758@gmail.com.



Essa visão patriarcal relevou a construção hierárquica do trabalho, na qual as categorias exercidas no seio doméstico foram vistas sem valor no mercado, portanto, patente de baixas remunerações ou absolutamente nenhum ganho em dinheiro, condições indignas, desvalorização na forma de sindicato trabalhista, e ainda as funções são rigidamente relacionadas ao cuidado, à dedicação na educação dos filhos, à limpeza e higiene do lar, nesse caso, sem representatividade no mercado de trabalho quando comparado às fabricas, à produção agropecuária, automobilistas, entre outros. Essa visão foi sustentada pela rigidez do patriarcado do salário que desde o século XIX supervalorizou as atribuições masculinas em detrimento do trabalho feminino. Mesmo quando foi alvejado pela exploração diária na forma de não assalariamento e assistência trabalhista.

O capítulo um, denominado “Planejamento contraestratégico na cozinha (1975)”, tratou do trabalho feminino visto como alheio, como uma assistência ao capital, ou seja, a autora demonstrou a visão patriarcal de que as mulheres desempenhavam no ambiente doméstico trabalhos não capitalistas, pois não atingiam o capital, por isso seriam alheios a ele. Quando os trabalhos não assalariados se estabelecem, na verdade, como permeados pela exploração humana e produção de capital. Nesse contexto, a esquerda revolucionária elegeu os setores trabalhistas dignos da revolução e condenou os demais como sendo papéis meramente secundários.

No caso das mulheres, assinalou para marginalização de suas funções desempenhadas em casa, como não sendo necessárias à reprodução do capital e exercido quase unicamente pela “dona de casa”. Aparecendo como “estágio pré-capitalista”, do qual seu espaço é considerado irrelevante para a transformação social. Como direito de serem exploradas, inferiores, sem salários, mas uma forma primária da relação de forças entre o capital e a classe trabalhadora, onde a mulher contribuiu com a manutenção do lar, cuidado da prole e servindo o marido.

O trabalho oculto de milhões de mulheres resultou dos serviços que vão muito além da força de trabalho, como o seu desempenho a servir à mão de obra masculina em termos físicos, emocionais e sexuais, cuidados com as crianças etc. Isto significou que por trás de cada fábrica, cada escola, escritório ou mina, existe mulheres que consomem suas vidas na reprodução de quem vai atuar nos espaços públicos e privados, sendo geralmente homens, em sua maioria. Os trabalhos domésticos e a família são a base da produção capitalista. Nesse caso, o emprego assalariado nunca libertou ninguém dos afazeres domésticos. E na classe trabalhadora, ser produtivo significa ser explorado.



Havia a insistência na distinção entre as mulheres que trabalhavam fora do lar e as mulheres que trabalhavam em casa, enxergando as últimas como insignificantes por não serem assalariadas, que “não gerariam força de trabalho”, sobretudo se fossem negras ou recebessem auxílio social do Estado. O trabalho pouco libertou as mulheres do patriarcado salarial, pois ser produtiva significou ser explorada, e ainda tendo a família como instituição que reforça a exclusão e que legitima a divisão sexual do trabalho através da relação com o racismo e o sexismo, sobretudo quando amparado na dominação masculina, que considera o doméstico como o destino biológico, pago pelo amor, e as conexões com a exclusão feminina como força de trabalho para o capital disfarçadas de funções não rentáveis aos olhos do capitalismo, sobretudo visto pelos homens.

O capítulo dois, intitulado “O capital e a esquerda (1975)”, trata da relação entre a forma como as organizações trabalhistas interpretam o trabalho doméstico. Assim, a cozinha não é considerada um espaço para a política, mas o predomínio das relações entre família, sexualidade e exploração feminina. Como se não estivesse à altura do papel produtivo. Onde a família nuclear foi o ambiente de disciplinar trabalhadores e garantir o suprimento da força trabalhista, a socialização do trabalho doméstico pode ser vista como uma arregimentação a mais na vida das pessoas, assim como a escola, os hospitais, quartéis, penitenciárias, criadas para controlar os sujeitos e alimentar as ideológicas defendidas pela sociedade.

O capital precisa das mulheres como mão de obra barata nas fábricas, mas também necessita da sua presença em casa, para gerarem filhos e manterem as pessoas rebeldes fora das ruas. Onde realizam um trabalho socialmente necessário para a manutenção da ordem. A esquerda define as funções trabalhistas domésticas como sendo favoráveis ao Estado quando elas ficam sob seu comando, assumindo suas regras, mas quando se rebelam são vistas como comunistas ou rebeldes.

O capítulo três, “Gênero em O Capital, de Marx”, questiona inicialmente “Por que, então, em tal silêncio em Marx”. Os silenciamentos sobre o trabalho feminino na obra de Karl Marx se deve às próprias relações de poder entre homens e mulheres e ao sistema de regras imbricados na sociedade, que concebiam que o gênero não era objeto de análise no desenvolvimento da crítica econômica política, suas opiniões foram reduzidas a observações esparsas. Especialmente no que discerne ao trabalho doméstico.

Marx não teorizou porque acreditava que o desenvolvimento industrial aumentou com o número de mulheres empregadas nesse setor. Também não percebeu que a importância estratégica do trabalho na reprodução das dimensões domésticas e sexuais



para a produção da mão de obra e como espaço de luta de classes. Não deu relevância ao trabalho reprodutivo em todas as dimensões (trabalho doméstico e sexual, procriação), como contribuinte na luta de classe. Embora o feminismo tenha denunciado, para a autora, as desigualdades de gênero e o controle patriarcal, especialmente na família burguesa.

Marx deixou uma visão masculina do trabalho assalariado, predominante branco, e dissociada das condições materiais como ditava a sociedade da época. Que ainda considerava que a inclusão das mulheres no mercado de trabalho seria capaz de dissolver a família e aumentar a independência feminina, questionar o poderio masculino e sua performance como provedor financeiro. O que falta também é um registro de como as mulheres foram capazes de lutar em benefício próprio e como o salário oculta o trabalho realizado no espaço doméstico e na reprodução da força de trabalho. Na verdade, Marx desconsiderava qualquer forma de trabalho que não contribua com a manutenção da força trabalhista valor.

Federici novamente questiona “Por que, então, novamente em tal silêncio em Marx”, e identificou que os marxistas apontam que, na época, a família toda era explorada, de certa forma, nas fábricas e que, mesmo assim, o autor não estava imune às teorias patriarcais do período; estas consideravam as mulheres como meras detentoras da reprodução biológica e o trabalho feminino apenas submetido à produção capitalista, um trabalho que não atendia as necessidades do mercado, mas uma forma arcaica e rudimentar de trabalho das sociedades pré-capitalistas.

O trabalho reprodutivo seria submisso ao capital, e sua reprodução, em razão de atender as necessidades específicas do mercado de trabalho em contribuir com a produção de trabalhadores. Não vendo o trabalho doméstico como um tipo específico de exploração trabalhista resultante da separação entre produção e reprodução. Já o trabalho industrial seria valorizado por Marx como altamente produtivo e cooperativo, bem distante das tarefas diárias do mundo doméstico. Este não sendo uma atividade que libertou o trabalhador, pelo contrário, é uma forma arcaica, uma herança rudimentar, das sociedades pré-capitalistas, prestes a ser suplantada pela industrialização.

Por meio da família, do salário do marido, do casamento e da ideologia do amor, o capitalismo se fortaleceu. Inclusive, a partir do poder dos homens em supervisionar e comandar o trabalho doméstico não remunerado e disciplinar o tempo e o espaço. Nesse caso, devemos revirar Marx de “cabeça para baixo” para trazer aquilo que ele excluiu de sua obra. Trazendo a perspectiva de gênero sobre a história do capitalismo, para além da história das mulheres ou do trabalho assalariado, para repensar o retrato da acumulação



primitiva e compreender a desvalorização do trabalho feminino na divisão sexual capitalista. Desse modo, o mundo da reprodução capitalista e o mundo do cuidado serão valorizados como instrumentos de transformação e luta. Por isso que o autor continua sendo importante para a discussão, pois seus silêncios não deveriam ser vistos como omissões, mas sim limites que indicam que sua obra teórica e política não poderia superar, mas caberia às mulheres desenvolvê-la.

O capítulo quatro, denominado “Marx, feminismo e a constituição dos comuns”, tratou da relação entre marxismo e feminismo, interpretados pelo conceito de princípios comuns, isto é, referiu-se aos bens materiais e às condições sociais necessárias à preservação da vida humana que implicam no desenvolvimento de comunidades comunais de compartilhamento mútuo de bens e serviços contrário à propriedade privada ou governado pela lógica de mercado capitalista. No entanto, os destroços do socialismo real ampliaram debates sobre a acumulação primitiva e as modalidades de transição para o comunismo, combinando com princípios feministas, anarquistas, antirracistas e *queer*. A teoria marxista continua a influenciar rebeldias.

A teoria marxista expandiu a cooperação social, chamando atenção para o controle do mercado e do Estado sobre as vidas das pessoas, de modo a promover o compartilhamento de riquezas e dar fim à acumulação capitalista. Para o movimento feminista, não poderíamos aceitar a noção de Marx sobre o capitalismo ser um estágio necessário ao desenvolvimento da emancipação humana, condição para a construção de uma sociedade comunista. Sobretudo, a ideia de que o capitalismo amplia a autonomia de trabalhadores e trabalhadoras quanto a cooperação social. Mas considera crucial a noção de que para compreender as condições materiais de reprodução social seria necessária para entender a História e a sociedade.

Reconhecer que a subordinação social seria um produto histórico teve um efeito libertador feminista, pois desnaturalizou a divisão sexual dos trabalhos que foram fortalecidos com tais discursos históricos e as identidades construídas em torno do gênero apenas como construção social. Assim, o conceito poderia ser redefinido com frequência, móvel, indeterminado, e sempre político. Embora Marx não tenha aplicado seu método materialista histórico na reprodução e das relações de gênero, analisou-se sob o prisma da exploração capitalista, que revelou a continuidade da discriminação entre gênero, raça e direitos políticos frente as forças antagônicas que seriam empecilhos para a libertação das mulheres; e como essa questão está atrelada à manutenção do trabalho sexual, da força



trabalhista, da procriação, do cuidado com os filhos, e principalmente, com o trabalho doméstico. Reconhecendo que o trabalho feminino é uma atividade social.

As hierarquias de trabalho seriam moldadas em bases ideológicas racistas e machistas que mostram como o capitalismo se conservou a partir do domínio indireto da divisão do trabalho e da formação do salário conforme o sexo, o qual os homens passaram a controlar o corpo e trabalho feminino. Isso significaria que o salário não é apenas um campo de confronto entre capital e funções trabalhistas, mas um instrumento para alimentar relações de poder desiguais entre as mãos de obras. A ditadura do proletariado corria o risco de ser uma ditadura da parcela branca e masculina da classe trabalhadora patente de injustiças institucionais. Nesse caso, precisamos nos libertar tanto de barreiras externas, quanto internas à ideologia e das relações hierárquicas capitalistas.

O capítulo cinco, intitulado “A revolução começa em casa: repensando Marx, reprodução e luta de classes (2018)”, trata de como Marx previu o processo de globalização, assim como a internacionalização do capital que conduziria a constituição do mercado global, e o ciclo de acumulação global. Para o autor, a força de trabalho seria o motor da produção do capital, substância criadora de valor, exploração e terreno onde se desenvolveria a luta pela libertação humana, de modo a satisfazer suas necessidades de mão de obra através do controle dos corpos femininos e dos movimentos migratórios, em termos de quantidade e qualidade, exigindo forças produtivas e resistência da classe trabalhadora.

Embora nem gênero e nem etnia apareçam claramente no discurso sobre divisão social do trabalho, ele não questiona o fato de mulheres casadas não receberem salário justo pela função exercida ou a exploração escravocrata. O poder que os homens exerciam sobre as mulheres restringia sua capacidade de lutar, resultando em definir o trabalho feminino como não qualificado em detrimento do modelo de homem provedor do lar. Pondo os direitos femininos, sexualidade, e poder das mulheres em zona de perigo ou proibido ser mencionado.

Marx acabou corroborando indiretamente para o processo chamado de patriarcado do salário, isto é, o regresso de mulheres e crianças ao ambiente doméstico e restringindo seu acesso ao mercado de trabalho. Implicando na consolidação de relações patriarcais no interior do movimento da classe trabalhadora. Tecer essa crítica não reduz a colaboração do autor para o feminismo, mas contribui para entender a reprodução do salário e do trabalho feminino, levando em consideração os conceitos de mercantilização, alienação e exploração; enfatizando o caráter histórico da realidade social e rejeitando



conceitos identitários naturalizados. Nos dando ferramentas para entender como o capitalismo se infiltrou na vida doméstica e afetiva, assim como nos fez pensar os limites da sua teorização.

Não há como negar que o trabalho doméstico, o trabalho sexual e a criação das crianças está ausente na teoria e militância, com raras exceções, para a tradição de Marx, a mão de obra é vista como branca e masculina. Enxergando as trabalhadoras domésticas como sujeitos atrasados, incapazes de se organizar. Se o cerne revolucionário não pode resgatar interpretações, sem dúvida devemos repensar a teoria marxista e o capitalismo como processos de reproduções que fazem parte de cada sujeito, reconhecendo também como um terreno mais estratégico na luta contra o capital quanto a construção de uma sociedade não exploradora.

O capítulo seis, denominado “Origens do trabalho doméstico na Inglaterra: a reconstrução da família proletária, trabalho doméstico e o patriarcado do salário”, tratou inicialmente da concepção que considerava ainda como uma vocação feminina o exercício doméstico, aumentando o trabalho masculino nas fábricas para sustentar a “dona de casa” que não trabalhava, com o argumento de que o lugar delas era na cozinha, ou ainda que uma família desfeita/desestruturada não contribuía para um país rentável, mas a presença de mulheres dedicadas e econômicas nos lares seria necessário para a manutenção das boas condições de vida e permanência nas fábricas dos maridos. Na Inglaterra, as mulheres casadas tiveram sua jornada de trabalho reduzida nos ambientes fabris, para lhes permitirem realizar suas obrigações domésticas, restringindo a contratação de pessoas grávidas. Por trás da criação da dona de casa, havia a necessidade de um novo tipo de trabalhador, mais saudável, forte, produtivo e acima de tudo, disciplinado e domesticado.

Dáí resultou a exclusão gradual das mulheres e crianças das fábricas, construindo um novo regime reprodutivo e um novo contrato social. Com elas encarregadas de garantir que o salário fosse bem gasto, que o trabalhador fosse bem cuidado e as crianças preparadas para o futuro destino no mercado de trabalho. Sustentado na separação dos lugares e as relações sociais onde as donas de casa poderiam frequentar e onde as trabalhadoras e prostitutas poderiam agir. O respeito se tornou uma compensação pelo trabalho não remunerado e pela dependência do marido. Forçando-as a trabalharem cada vez mais em espaços fechados da casa, sem dinheiro próprio ou limites de horas que beiravam a exploração.



O capítulo sete, que possuiu como título “Notas sobre Marx e ecologia”, tratou de publicações mais recentes de John Bellame Foster e Brett Clack que abordaram o problema da concepção de natureza presente na obra marxista, que criticam o posicionamento do autor como sendo excessivamente antropocêntrica, evidenciando o processo econômico/social como sendo parcialmente dependentes da dominação humana sobre o mundo natural.

Os autores argumentaram que Marx via a natureza como nossos corpos inorgânicos e considerando a constituição do socialismo como a oportunidade para reparar a ruptura metabólica criada pelo capitalismo a fim de regenerar o mundo natural, as bases para a nossa existência. A natureza foi vista como indispensável a qualquer forma de reprodução de riqueza. Nesse contexto, antecipou e condenou muitos problemas que na contemporaneidade são centrais no ativismo ecológico, como a insustentabilidade da agricultura capitalista, a insalubridade da separação entre cidade e campo, o rompimento da dependência entre os processos biológicos e ecológicos, que garantem a reprodução humana e o esgotamento do solo.

Marx denunciou o caráter corrosivo do capitalismo para a destruição da natureza, e ofereceu como alternativa uma sociedade socialista com bases sólidas na ecologia. Embora, também acentuou a importância do capitalismo para a missão histórica da reprodução das forças produtivas, sendo condição para iniciar o processo revolucionário e formação de uma sociedade comunista. Em detrimento de uma sociedade que busque unicamente o lucro exige o uso de recurso não renováveis e o envenenamento do planeta, o capitalismo estaria cavando sua própria sepultura.

Uma crise ecológica que envolve a perda de confiança de métodos agrícolas, aperfeiçoamentos por meio do processo de adaptação às condições locais, e o surgimento de um campesinato preocupado com corporação agrícola ou o empobrecimento da expansão capitalista possuiu para a não regeneração da Terra. As possibilidades sem procedência no mundo real não criariam futuro para a humanidade. A história do desenvolvimento colonizador seria uma onda de fome, desaparecimento de espécie e alienação em relação ao mundo natural que nos deixariam sensíveis às catástrofes ecológicas e às práticas cruéis que marcaram a vida da fauna e flora e a própria manutenção da existência humana. Tudo isso provocaria uma onda de deslocamentos populacionais em massa e uma crise climática que colocaria em risco a vida no planeta, o que Marx assinalou como uma possível via de libertação, assemelhando-se em verdade a mais a um pesadelo histórico.



O livro *O Patriarcado do salário, notas sobre Marx, gênero e feminismo*, de Silva Federici (2021) se trata de uma obra singular para entender a relação entre marxismo e feminismo, sobretudo as ausências do trabalho doméstico na produção de Marx; os movimentos trabalhistas do século XX; a inserção das mulheres no mercado de trabalho; a domesticação feminina, e a sua exploração no lar, na perspectiva de atender às demandas da hierarquia social para a sustentação do pensamento sexista e racista, que impôs às mulheres condições marginalizantes e submissões para a sobrevivência da “dona de casa” ou em trabalho com baixíssima remuneração, ao alegar sua pouca força de trabalho no processo de formação de capital.

O público feminino sustentou-se na noção de salário família, aquele que o marido traz para dentro de casa, mas que cabe a ela apenas administrar seus gastos. Esse fator revela o quanto as relações capitalistas chegam dentro dos lares, definindo funções e atributos segundo o gênero e a sua suposta “capacidade” para reproduzir as relações capitalistas e contribuir com o progresso da nação. Nesse caso, ignorou que essas mesmas condições são propulsoras de desigualdades sociais, exploração, violência e alienação do trabalho feminino aos laços da família, sociedade e ideologias patriarcais.

Também é possível entender como as ausências de questões que envolvam gênero e raça na obra de Marx evidencia que suas teorias também apresentam limites, sobretudo ao excluir os efeitos destrutivos que o machismo e o racismo possuem em definir as relações de trabalho e manutenção do capital. Essa noção rompeu com a tradição patriarcal que considerava as mulheres como sujeitos pertencentes aos homens e dignas apenas da vivência doméstico, como não possuidoras de expressão na propagação das relações de trabalho e no sustento ideológicos nas noções de força de trabalho, organização trabalhista e reprodução dos mecanismos excludentes. Elas foram marginalizadas a patamares inexpressivos da existência trabalhista, sobretudo no espaço doméstico, por ser um atributo considerado indigno de remuneração ou valorização como o trabalho industrial ou no espaço público.

O livro também permitiu refletir sobre a domesticidade como fator que inculcou uma ideologia de submissão à imagem da mulher como sendo unicamente destinada aos cuidados com o lar, família e marido, excluído suas próprias noções de identidade e reprodução social. Para McClintock (2010), as mulheres foram vistas como propriedades do poder masculino. Reduzindo-as a objetos, sem atuação criativa ou poder de nomear suas próprias expressividades e identidades. Essa objetificação feminina, por muito tempo, foi pensamento predominante na sociedade, definido as regras e o limite da



atuação do público feminino, sobretudo aos espaços doméstico, distante do mundo externo, apenas sobrevivendo conforme os intemperes do esposo.

A produção crítica da obra *O Patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*, de Silvia Federici (2021) também traça crítica à concepção marxista sobre a relação entre o trabalho humano e o espaço ambiental. Esse contato foi marcado mais pela exploração e abominável degradação das florestas, *habitats* e das espécies animais, através da poluição sonora, aquática e terrestre, mortalidade desenfreada de animais em abatedouros ou violência comedida nos espaços públicos e privados, são algumas das muitas formas de expressão desse contato arredo para a destruição do processo de regeneração da Terra e da manutenção da vida no planeta.

Também são mecanismos que degradariam diariamente a existência da diversidade ecológica e que chamam atenção dos ativistas e grupos que denunciam os resultados do capitalismo desenfreado, que não pensa nas condições futuras de sobrevivência em nome da globalização do capital e da expansão do progresso, e acabam deixando um rastro de destruição e violação da dignidade humana e do planeta. Mesmo assim, suas teorias foram fundamentais para entender a relação entre capitalismo e a natureza, considerado a concepção histórica e social de formação e a reprodução da força de trabalho.

Silvia Federici ainda trouxe um conjunto de interpretações da teoria marxista à luz do pensamento feminista e da reprodução das desigualdades sociais, políticas e econômicas que definem a estrutural hierárquica sexual de trabalho e a expressão das mulheres na sociedade. A autora denuncia a perspectiva patriarcal que desconsidera o potencial das mulheres para a reprodução do capital e desvaloriza o trabalho doméstico como sendo indigno do mercado trabalhista, ou seja, uma atividade pré-capitalista com pouca significância e responsabilidade na dinâmica do capital. Embora saiba do seu potencial como sustentáculo e alicerce da ideologia capitalista de força de trabalho e naturalização das desigualdades através da domesticação de pensamentos ideológicos iniciados no seio dos ambientes domésticos. Alimentado assim essas distinções com grandiosa naturalidade na forma de socialização do trabalho feminino, da dedicação a família e propagação do ideal de dona de casa.

No entanto, a autora em questão não se limitou a denunciar perspectivas patriarcais das relações de trabalho, mas também chamou atenção das mulheres para a revolta contra esse paradigma que, por muito tempo, foi predominante. Ao trazer a noção de valorização e equidade do trabalho feminino e seu potencial na reprodução do capital,



embora também tenha parte na difusão das desigualdades a assimilar a naturalização do trabalho doméstico como sendo um atributo feminino. Mesmo assim, conclamou a relevância do feminismo como mecanismo social de revolta e reinterpretação das teorias marxistas que sustentam essas desigualdades com olhares voltados para a emancipação e autonomia feminina fora do ambiente doméstico, mas também dentro dos lares como digno de remuneração e valorização trabalhista no mundo do capitalismo globalizado.

O livro também é indicado para o público em geral, mas sobretudo os pesquisadores (estudantes de graduação, professores do ensino básico e superior, mestrands e doutorands, entre outros) que anseiam em entender com mais profundidade, e com uma linguagem fluida e clara, as relações criadas entre homens e mulheres para sustentar a hierarquia de gênero e a divisão sexual do trabalho dentro do âmbito doméstico. Essas teorias são pontos de partida para analisar os suportes teóricos do feminismo contemporâneo e sua relação com o trabalho doméstico e como seus pensamentos são imprescindíveis para a luta em prol da emancipação feminina e o rompimento com teóricas desiguais que foram naturalizadas como parte da sociedade, limitantes da atuação do público feminino e da sua própria mobilização pela libertação do patriarcado.

Data de Submissão: 19/05/2023

Data de Aceite: 26/06/2023

Referências

FEDERICI, Silvia. **O Patriarcado do salário:** notas sobre Marx, gênero e feminismo. Tradução: Heci Regina Candini, v.1, 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2021. 204 p.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial:** raça, gênero e sexualidade no embate imperial. Tradução: Plínio Dentzien, São Paulo: Editora da Unicamp, 2010. p.43-123. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2402639>. Acesso em: 19 maio 2023.